PARECER JURÍDICO

Ref.: PL 63/2025 (Processo Eletrônico nº. 1050/2025).

Ementa PL: Institui o Programa 'Adote um Espaço Acessível' em Itanhaém, destinado a parcerias público privadas para promover a acessibilidade em espaços públicos.

Preambularmente,

Cabe dispor sobre a atuação do Presidente no processo legislativo na Câmara Municipal de Itanhaém, com base nas disposições regimentais (artigos 22, inciso II, alínea "e", c/c 160, do Regimento Interno.

Com base nos mencionados artigos, o Presidente da Câmara Municipal deve devolver a propositura ao autor, o que significa dizer que deverá fazer o juízo de admissibilidade para o fim de verificar o cumprimento dos critérios relacionados a seguir:

1. A propositura que fizer referência a normas legais (leis, decretos, regulamentos etc.) tem que apresentar seu texto completo, visando com garantir a clareza e acesso à informação, sob pena de devolução;
2. Citar cláusulas de contratos ou convênios sem transcrevê-las na íntegra, a fim de evitar omissões, bem como permitir análise completa;
3. For inconstitucional, ilegal ou contrariar o Regimento Interno, objetivando proteger a legalidade e a ordem normativa.
4. Se for iniciativa popular e não cumprir os requisitos regimentais, visando a conformidade com as regras estabelecidas;
5. For apresentada por um vereador ausente à sessão (salvo em caso de licença médica comprovada), objetivando a participação efetiva;
6. Tiver sido rejeitada ou vetada na mesma sessão legislativa e não for assinada pela maioria absoluta da Câmara, com o fim de impedir a reintrodução indevida de matérias já descartadas;

7. Configurar emenda, subemenda ou substitutivo que não tenha relação com o projeto original, evitando o desvio de finalidade;
8. Se tratar de uma mensagem aditiva do Executivo que, em vez de adicionar, modifique, suprima ou substitua partes do projeto original, objetivando a natureza das adições.
9. Se não for da competência da Câmara, a fim de evitar que a Câmara discuta temas fora de sua alçada.

Tais critérios tem por finalidade garantir a ordem, a legalidade e a coerência no processo legislativo municipal.

No exercício de sua competência, o Presidente pode determinar que a Diretoria Jurídica se manifeste sobre a juridicidade e legalidade das proposições, com base no artigo 10, da Lei Complementar Municipal nº. 91, de 2008, objetivando amparar o ato que determina a tramitação do procedimento legislativo, em especial o recebimento e distribuição das proposições devidamente formalizadas antes de encaminhá-los para tramitação; devolução de propostas irregulares (esteja mal formulada, trate de matéria alheia à competência da Câmara, seja flagrantemente inconstitucional ou contrária ao Regimento Interno, o Presidente pode devolvê-la ao autor). Para após a admissibilidade da proposição, o Presidente encaminha os projetos para análise das comissões permanentes ou temporárias pertinentes.

Após as necessárias considerações iniciais sobre a atuação da Presidência no processo legislativo e, em cumprimento à R. determinação de fls. 15, passa a expor a manifestação.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa instituir o Programa Municipal “Adote um Espaço Acessível”, por meio do qual a iniciativa privada poderá adotar áreas públicas, como praças, canteiros e pontos de ônibus, para realização de intervenções voltadas à acessibilidade, em contrapartida, as empresas poderão receber reconhecimento público (uso de selo institucional, certificado de responsabilidade social, entre outros), sem previsão de repasses financeiros.

II – COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

Nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, compete aos Municípios, legislar sobre assuntos de interesse local e/ou complementar a legislação federal e a estadual no que couber.

O projeto trata de intervenções urbanas em espaços públicos municipais, com foco na acessibilidade e inclusão, matérias que se inserem no interesse local.

Além disso, a proposta busca complementar a legislação federal (Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão).

Não se verifica, portanto, invasão da competência da União ou do Estado.

A matéria está em consonância com a competência legislativa municipal, inclusive por envolver aspectos de urbanismo, mobilidade e parcerias com a sociedade civil.

III – LEGALIDADE DA MATÉRIA

O projeto respeita princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III), direito à acessibilidade e igualdade (CF, arts. 3º, IV e 5º, caput), administração pública participativa e eficiente (CF, art. 37, caput).

Também é compatível com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que impõe aos entes públicos o dever de assegurar acessibilidade em espaços públicos (arts. 3º, 8º, 53 e 54), podendo valer-se de mecanismos cooperativos com a iniciativa privada, desde que haja transparência, controle e respeito às normas técnicas, como previsto no projeto.

O projeto não cria despesas nem prevê incentivos fiscais, o que evita violação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) ou necessidade de estimativa de impacto orçamentário (LC nº 95/1998 e CF, art. 113 do ADCT).

A previsão de posterior regulamentação pelo Poder Executivo é legítima (art. 84, IV, da CF), desde que não se delegue a este a definição de aspectos essenciais da lei.

Como o projeto define de forma clara os objetivos, os tipos de intervenção e os benefícios simbólicos às empresas, a regulamentação se restringe à execução.

IV – CONCLUSÃO

O Projeto de Lei apresentado está dentro da competência legislativa municipal, não apresenta vícios de constitucionalidade ou ilegalidade e está em conformidade com os princípios da administração pública, da inclusão e da acessibilidade.

Diante disso, este parecer é favorável à tramitação e aprovação do Projeto de Lei que institui o Programa “Adote um Espaço Acessível” no Município de Itanhaém.

Este é o parecer, s.m.j.

Itanhaém, data do protocolo.

CARLA CRISTINA PEREIRA,

Diretora Jurídica.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 320033003000360035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **CARLA CRISTINA PEREIRA** em 27/05/2025 10:38

Checksum: **6BCB08FBF655CAB21D0B86B8F59DFEFA655C26B775830B773E0B274383951DFC**